

De: [NADKARNI Isabel](#)
Para: [NADKARNI Isabel](#)
Assunto: Mecanismo único de resolução dos bancos: PE confirma mandato forte para negociações com os Estados-Membros
Data: quinta-feira, 6 de Fevereiro de 2014 12:00:11
Anexos: [image004.png](#)



Comunicado de imprensa

Mecanismo único de resolução dos bancos: PE confirma mandato forte para negociações com os Estados-Membros

A posição mais ambiciosa sobre o mecanismo único de resolução dos bancos que tem sido adotada pela equipa liderada por Elisa Ferreira nas negociações com o Conselho teve hoje o apoio maioritário do Parlamento Europeu. O mandato de negociação foi confirmado por 441 votos a favor, 141 contra e 17 abstenções. O objetivo da proposta é evitar mais custos para os contribuintes em caso de futuras crises bancárias, proteger os depósitos e limitar os danos das falências.

O Parlamento Europeu apoiou hoje formalmente a posição mais ambiciosa da sua equipa negociadora, dadas as difíceis negociações entre os eurodeputados e os governos nacionais sobre a proposta que estabelece o mecanismo único de resolução dos bancos e um fundo comum para facilitar a resolução ordenada das instituições financeiras. No debate hoje realizado em plenário, os grupos políticos criticaram o Conselho de Ministros da UE por estar a bloquear o avanço das negociações.

O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, disse que vai enviar um pedido ao Conselho para que se realize uma reunião extraordinária do ECOFIN (encontro dos ministros das Finanças dos Estados-Membros) antes da reunião agendada para 17 de fevereiro, para evitar que se percam duas semanas nas negociações.

A relatora do Parlamento Europeu, Elisa Ferreira (S&D), já disse que considera a proposta do Conselho "totalmente inaceitável". A proposta dos governos nacionais "não permite que um banco seja resolvido numa situação de emergência" e, ao assentar "nas estruturas nacionais e em fundos nacionais", impedirá que bancos com problemas semelhantes "na Holanda, Itália, Grécia ou Luxemburgo, sujeitos às mesmas regras de supervisão e de funcionamento, sejam resolvidos da mesma forma", disse na sessão plenária de janeiro, num debate com a presidência grega do Conselho.

Os eurodeputados defendem um fundo único - e não múltiplos - de resolução financiado pelo setor bancário que esteja operacional logo nos primeiros anos e não dentro de uma década.

Os parlamentares estão também preocupados com a intenção dos governos europeus de incluírem um capítulo intergovernamental no sistema de resolução, especialmente se não houver uma base jurídica que o justifique.

Um banco deve poder ser resolvido num fim de semana

Falando em nome de Elisa Ferreira no debate de terça-feira, o eurodeputado socialista espanhol Antolín Sánchez Presedo disse que o Conselho propõe "um sistema confuso e pouco claro de estruturas nacionais de resolução". "Precisamos de uma autoridade europeia eficiente e rápida. Se um banco não puder ser resolvido num fim de semana para se evitar uma retirada de fundos, isso significa que o sistema é demasiado complicado. Quanto mais lento e ineficiente, mais caro será no final", afirmou.

União bancária que dê confiança aos mercados e aos cidadãos

Os eurodeputados portugueses a quem foi dada a palavra no debate em plenário também pediram ao Conselho mais ambição.

"A união bancária tem de ser uma união bancária verdadeira e não esta proposta que faz o Conselho que, a vários títulos, é insuficiente", disse Paulo Rangel (PPE), exortando "o Conselho e os governos de alguns Estados mais renitentes a aceitarem negociar com o Parlamento Europeu" para que se chegue a "um acordo que permita a criação de uma união bancária que dê confiança aos mercados e que faça justiça àqueles povos europeus que, durante estes anos, estiveram a trabalhar imenso para estar em condições de ter uma moeda verdadeira no espaço da zona euro".

Separar Estados de bancos

Diogo Feio (PPE) lembrou que o mecanismo único de resolução surgiu também para que fosse possível separar Estados de bancos. "Não podemos aceitar que se apresente agora uma solução, como aquela que o Conselho pôs em cima da mesa, que ponha bancos e Estados de novo ligados", disse. " A união bancária existe para que possa coexistir confiança e igualdade, igualdade entre os diferentes Estados da UE. Não é aceitável que uma empresa em Portugal que peça um empréstimo pague de juros três vezes mais do que uma empresa igual na Alemanha paga. Não é aceitável que não se caminhe para uma situação de confiança dos depositantes", acrescentou.

Próximos passos

As duas instituições vão continuar as negociações com vista a alcançar um acordo. A equipa negocial do PE está também presente, em paralelo, nas conversações intergovernamentais sobre os detalhes relativos ao estabelecimento do fundo de resolução.

Mandato de negociação hoje confirmado em plenário - [texto](#)

[Carta dos negociadores do PE à presidência grega do Conselho \(15 janeiro 2014\)](#)

[Carta do presidente do PE, Martin Schulz, ao presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso \(20 janeiro 2014\)](#)

[Como deve ser tomada a decisão para a resolução de um banco - ficha comparativa entre a posição do PE e do Conselho](#)

Vídeo dos debates

[Vídeo do debate - 4 fevereiro 2014](#)

[Vídeo do debate - 6 fevereiro 2014](#)

Contacto:

Isabel Teixeira NADKARNI

Serviço de Imprensa – Assessora de imprensa portuguesa

✉: isabel.nadkarni@europarl.europa.eu

☎: +32 (0) 498 98 33 36

☎: +32 (0) 228 32198 (Bruxelas)

☎: +33 (0) 3881 76758 (Estrasburgo)